

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DAS FUNÇÕES DE JUIZ
LEIGO E CONCILIADOR NOS JUIZADOS ESPECIAIS DAS COMARCAS DE
CORNÉLIO PROCÓPIO E URAÍ**

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

1. Sobre a competência dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa correta:

- a) O Juizado Especial Cível em âmbito estadual é competente para processar e julgar as ações cujo valor não ultrapasse quarenta salários mínimos, considerando-se, para esse fim, o valor do salário mínimo fixado por cada Estado da Federação.
- b) Procede corretamente a parte – ou o advogado – que ajuíza ação de consignação em pagamento no Juizado.
- c) No âmbito do Juizado Especial, é cabível a ação de despejo sob qualquer dos fundamentos previstos na Lei de Locação (Lei nº 8.245/91).
- d) Consideram-se complexas e, portanto, excluídas da competência do Juizado Especial, as causas nas quais se discute tema objeto de franca divergência na jurisprudência nacional, embora alusivas a matérias exclusivamente de direito.
- e) É possível o ajuizamento de ações possessórias no Juizado Especial, desde que o imóvel cuja posse se reclama não tenha valor superior a quarenta salários mínimos.

2. Não é correto afirmar que:

- a) A consignação do nome do advogado no termo de audiência habilita o profissional para a prática de todos os atos processuais, inclusive para aqueles que exijam poderes específicos.
- b) É vedada a acumulação das atribuições de preposto e advogado na mesma pessoa.

- c) Após a alteração promovida pela Lei nº 12.137/2009 no artigo 9º, §4º, da Lei nº 9.099/95, a pessoa jurídica pode fazer-se representar nas audiências do Juizado Especial apenas por preposto que com ela mantenha vínculo empregatício, comprovado documentalmente no próprio ato ou no prazo assinado pelo juiz.
- d) Nas causas cujo valor exceda a 20 salários mínimos, podem as partes comparecer à sessão de conciliação desassistidas de advogado.
- e) A ausência da parte autora a qualquer das audiências designadas no curso do processo implica em extinção e arquivamento do feito.

3. Assinale a alternativa correta:

- a) No Juizado Especial Cível estadual, é vedada a intervenção de terceiros, salvo a fundada em contrato de seguro.
- b) Nos casos em que a assistência das partes por advogado é facultativa, comparecendo um dos litigantes acompanhado de advogado, deverá a outra parte também se fazer obrigatoriamente representar por procurador, sob pena de desequilíbrio na relação jurídico-processual.
- c) Uma sociedade empresarial constituída sob a forma de sociedade por cotas de responsabilidade limitada jamais poderá litigar no Juizado Especial, pois tal modalidade empresarial é incompatível com a condição fiscal de microempresa.
- d) O condomínio pode ajuizar ação no Juizado para cobrar qualquer quantia a ele devida pelos condôminos.
- e) O Ministério Público nunca intervém nas ações em curso no Juizado Especial Cível.

4. Sobre a comunicação dos atos processuais, assinale a alternativa incorreta:

- a) Contém a Lei nº 9.099/95 previsão expressa proibindo a citação por edital.
- b) Contando a parte com advogado constituído nos autos, é dispensável a sua intimação pessoal.
- c) A correspondência ou contrafé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
- d) No Juizado Especial, o comparecimento espontâneo da parte ré não supre a nulidade pela ausência de citação válida.

- e) Ainda que a parte tenha constituído mais de um advogado, e não havendo determinação judicial em contrário, é suficiente que conste do diário de justiça o nome de apenas um dos procuradores.

5. No que diz respeito às provas na sistemática do Juizado Especial Cível estadual, assinale a alternativa correta:

- a) Não se admite, em nenhuma hipótese, a produção de prova pericial no Juizado.
- b) Cada parte poderá arrolar no máximo três testemunhas para a audiência de instrução e julgamento.
- c) Compete à parte levar suas testemunhas à audiência de instrução e julgamento, não se cogitando, em nenhuma hipótese, de intimação da testemunha para comparecimento sob pena de condução coercitiva.
- d) É vedado ao juiz determinar de ofício a requisição de documentos em poder de qualquer das partes ou de terceiro, visando a angariar elementos suplementares de prova com o intuito de alcançar a verdade real.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

6. Acerca dos recursos no Juizado Especial Cível, é correto afirmar:

- a) Contra a sentença do juiz togado cabe recurso inominado, cujo prazo é de 10 dias, salvo na hipótese de litisconsortes com advogados diferentes, quando será aplicado o artigo 191 do Código de Processo Civil, contando-se em dobro o prazo recursal.
- b) Contra as decisões proferidas pela Turma Recursal em mandado de segurança cabe recurso ordinário.
- c) Opostos contra sentença, os embargos de declaração interrompem o prazo para recurso.
- d) Das decisões interlocutórias proferidas pelo juiz supervisor do Juizado em primeiro grau cabe recurso de agravo.
- e) Os embargos de declaração têm cabimento quando a decisão contiver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida, sendo o prazo de interposição de 05 dias.

7. Sobre a execução no Juizado Especial Cível, assinale a alternativa incorreta:

- a) Aplica-se ao Juizado o disposto no artigo 475-J do Código de Processo Civil, que preconiza a incidência de multa de 10% sobre o valor da condenação no caso de não pagamento espontâneo do débito em 15 dias.
- b) Pode o juiz determinar de ofício a penhora de ativos financeiros por meio do Sistema BacenJud.
- c) Inexistindo bens passíveis de constrição judicial, a execução será extinta, devendo o exequente, caso pretenda retomar a cobrança do seu crédito, ajuizar nova execução.
- d) Não existindo outros bens a satisfazer o crédito exequendo, possível a penhora de conta-salário no limite de 30% do seu valor.
- e) Designar-se-á hasta pública única, se o bem penhorado não atingir valor superior a sessenta salários mínimos.

8. A respeito dos meios de defesa na execução, está incorreta a seguinte assertiva:

- a) Na execução de título executivo extrajudicial, poderá o devedor opor embargos à execução, escrita ou oralmente, em audiência de conciliação designada após a penhora de bens.
- b) Na execução de título executivo judicial, cabem embargos à execução no prazo de 15 dias a contar da intimação da penhora.
- c) A exceção de pré-executividade é incompatível com o procedimento do Juizado Especial Cível.
- d) Nos embargos à execução de julgado são argüíveis apenas as matérias taxativamente previstas no artigo 52, IX, da Lei nº 9.099/95.
- e) Os embargos à execução serão processados nos próprios autos da execução.

9. Quanto às despesas no Juizado, assinale a alternativa correta:

- a) Ausente o autor a qualquer das audiências, ser-lhe-á imposto o pagamento de custas processuais.
- b) Para a interposição de recurso, deverá o recorrente recolher o preparo recursal e as despesas processuais dispensadas em primeiro grau, não se cogitando, para fins de interposição de recurso, da isenção preconizada pela Lei da Assistência Judiciária Gratuita.
- c) Na fase de execução, em regra são devidas custas.
- d) As custas são devidas no caso de procedência dos embargos de devedor.

e) Todas as alternativas estão incorretas.

10. Assinale a alternativa correta:

- a) São requisitos obrigatórios da sentença no Juizado Especial Cível: relatório, fundamentação e dispositivo.
- b) Todas as sentenças devem ser registradas no Juizado.
- c) Proferida sentença de procedência ou improcedência, sempre será lançada nos autos conta geral de custas.
- d) Não pode o juiz togado homologar com ressalvas a proposta de julgamento elaborada pelo juiz leigo, devendo admiti-la ou inadmiti-la por inteiro.
- e) É inteiramente nula a sentença condenatória em cujo dispositivo fixa o juiz valor excedente à alçada do Juizado.

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

11. Da decisão proferida no âmbito do Juizado Especial Criminal que rejeita a denúncia ou queixa caberá:

- a) recurso em sentido estrito no prazo de 10 dias.
- b) Agravo no prazo de 10 dias.
- c) Apelação no prazo de 5 dias.
- d) Apelação no prazo de 10 dias

12. Segundo a lei dos Juizados Especiais Criminais, aberta a audiência de instrução e julgamento, o juiz, depois de receber a denúncia, observará a seguinte ordem:

- a) concederá a palavra ao defensor para responder a acusação, ouvindo, após, as vítimas e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando, a seguir o acusado, se presente, passando imediatamente aos debates orais e à prolação de sentença.
- b) realizará a oitiva da vítima e das testemunhas de acusação e defesa, interrogando a seguir o acusado, se presente, passando imediatamente aos debates orais e à prolação de sentença.
- c) concederá a palavra ao defensor para responder à acusação, interrogando a seguir o acusado, se presente, ouvindo, após, a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, passando imediatamente aos debates orais e à prolação de sentença.

- d) interrogará o acusado, se presente, ouvindo, após, a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, passando imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.

13. De acordo com a lei do Juizado Especial Criminal, quando o réu encontrar-se em local incerto e não sabido:

- a) Far-se-á a sua citação por edital.
- b) Fica cessada a competência do Juizado Especial Criminal, e o processo segue para o juízo comum.
- c) Extingue-se o processo, não podendo ter prosseguimento no juízo comum.
- d) Suspende-se o processo até a localização do réu, suspendendo-se, assim, o prazo de prescrição.

JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

14. De acordo com a Lei 12.153/09, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, é INCORRETO afirmar:

- a) Os Juizados Especiais da Fazenda Pública, órgãos da justiça comum e integrantes do Sistema dos Juizados Especiais, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.
- b) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.
- c) São de competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, a conciliação, processo e execução das ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;
- d) Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública, como réus, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas.

QUESTÃO PRÁTICA – PROVA DE JUIZ LEIGO:

André conduzia sua motocicleta por via preferencial quando foi atingido lateralmente pelo automóvel de propriedade de Silvio, mas que era conduzido por Leonora, sendo lançado ao solo e sofrendo múltiplas fraturas. Além disso, houve perda total da motocicleta, que não contava com seguro.

Em razão do acidente, André ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais em face de Silvio e Leonora, requerendo, a título de dano material, o valor da motocicleta, das despesas hospitalares e o que deixou de perceber em razão do afastamento do trabalho (informal, sem registro em CTPS), e à guisa de dano moral quantia arbitrada judicialmente em função das seqüelas do acidente, do qual resultou a perda pelo autor de dois dedos do pé esquerdo.

Em audiência de conciliação não houve acordo. Em contestação, apresentada conjuntamente por Silvio e Leonora, foi alegada a preliminar de ilegitimidade passiva de Silvio, pois o seu veículo era conduzido por terceira devidamente habilitada (Leonora). No mérito, sustentaram ambos a responsabilidade de André, que vinha em excessiva velocidade com sua motocicleta e surpreendeu Leonora que já se achava cruzando a via principal. Além disso, demonstraram que arcaram com todas as despesas médicas do autor e o indenizaram pelas perdas materiais sofridas, apresentando recibo de quitação por danos patrimoniais firmado por André. Requereram a improcedência dos pedidos e a condenação de André por litigância de má-fé.

Manifestando-se sobre essas alegações, André asseverou que o recibo de quitação apenas foi assinado porque se encontrava em premente necessidade, mas que não cobriu a integralidade dos prejuízos suportados. Busca, pois, o recebimento da diferença dos prejuízos.

Em audiência de instrução, ficou demonstrado que: (a) André não se deslocava em excesso de velocidade e conduzia sua motocicleta de forma prudente; (b) na ocasião do acerto pelas partes da indenização dos prejuízos materiais, André mostrou-se satisfeito com a quantia embolsada, nada cogitando sobre insuficiência do valor; (c) o Boletim de Ocorrência aponta responsabilidade da condutora Leonora pelo sinistro.

Com base nessas informações, elabore proposta de sentença, dispensado o relatório.

Candidato: _____

Número da Lista Distribuída em Sala: _____

Função Pretendida: () Juiz Leigo () Conciliador

Comarca Escolhida: () Cornélio Procópio () Uraí

FOLHA DE RESPOSTAS

1.	6.	11.
2.	7.	12.
3.	8.	13.
4.	9.	14.
5.	10.	